



Cadernos NAUI

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Dossiê: Patrimônio local e global em tempos de pandemia

V 11 | n 21 | jul-dez 2022

Digitalização, descrição, análise e disponibilização à pesquisa do acervo dos projetos arquitetônicos do Arquivo Histórico de Joinville

Giane Maria de Souza; Dinorah Luisa de Melo Rocha Brüske



Edição eletrônica

URL: [NAUI - Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural \(ufsc.br\)](http://NAUI - Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural (ufsc.br))

ISSN: 2558 - 2448

Organização

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC

Referência Bibliográfica

BRÜSKE, Dinorah Luisa de Melo Rocha; SOUZA, Giane Maria de. Digitalização, descrição, análise e disponibilização à pesquisa do acervo dos projetos arquitetônicos do Arquivo Histórico de Joinville. Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 11, n. 21, p. 31-47, jul-dez 2022. Semestral.

Digitalização, descrição, análise e disponibilização à pesquisa do acervo dos projetos arquitetônicos do Arquivo Histórico de Joinville

Giane Maria de Souza¹
Dinorah Luisa de Melo Rocha Brüske²

Resumo

O artigo reflete a articulação entre o patrimônio arquitetônico e o arquivístico em suas imbricações locais e globais, no contexto pandêmico da Covid-19, a partir do trabalho técnico desenvolvido no Arquivo Histórico de Joinville/AHJ (município de Santa Catarina, sul do Brasil). Foram utilizados os relatos de experiência nos processos de digitalização, análise, descrição e disponibilização virtual do acervo. Pretende-se focar as estratégias de pesquisa sobre o patrimônio nos campos da história e da arquitetura e urbanismo, sob uma perspectiva multidisciplinar de organização, análise e descrição arquivística para a salvaguarda do patrimônio.

Palavras-chave: arquivo histórico de Joinville; acesso à informação; história; arquitetura.

¹ Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC. Mestre em Educação pela Universidade de Campinas, Unicamp. Especialista Cultural – educadora no Arquivo Histórico de Joinville. É representante do patrimônio material no Conselho Estadual de Cultura, CEC/SC. Coordena o Grupo de Trabalho de Patrimônio Cultural da Associação Nacional de História, Anpuh/SC e é membro da direção do Observatório do Patrimônio Histórico – Opah. gianehist@gmail.com

² Arquiteta e urbanista, atua no Arquivo Histórico de Joinville. Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC. Membro do Observatório do Patrimônio Histórico – Opah. dinorah.roc@gmail.com

Digitalization, description, analysis and availability to research the architect of architectural projects from the Historical Archive of Joinville

Abstract

The article reflects the articulation between architectural and archival heritage in their local and global imbrications, in the context of the Covid-19 pandemic, based on the technical work developed at the Arquivo Histórico de Joinville/AHJ (Municipality of Santa Catarina, southern Brazil). Experience reports were used in the processes of digitization, analysis, description and virtual availability of the collection. It is intended to focus on research strategies on heritage in the fields of history and architecture and urbanism, from a multidisciplinary perspective of organization, analysis and archival description for the safeguarding of heritage.

Keywords: Joinville historical archive; access to information; history; architecture.

Apresentação

Este artigo reflete sobre a importância da digitalização de acervos arquivísticos de caráter permanente em tempos de pandemia, possibilitando a preservação, a divulgação e o acesso às pesquisas históricas, antropológicas e sociológicas – áreas que orbitam a arquitetura e o urbanismo, a partir de reflexões oriundas da nossa participação no International Union of Anthropological and Ethnological Sciences (IUAES) Congress em Yucatán, México, em novembro de 2021.

Os objetos de análise são os processos de trabalho e as reflexões oriundas dos “*Projetos Arquitetônicos*” do *Fundo Poder Executivo (1917-1971)*, projeto selecionado pelo Edital Elisabete Anderle da Fundação Catarinense de Cultura (FCC), cujo escopo foi a digitalização desta série documental, custodiada pelo Arquivo Histórico de Joinville (AHJ), vinculado à Secretaria de Cultura e Turismo (Secult). O acervo constitui uma riquíssima fonte de pesquisa para história, sociologia, arquitetura e urbanismo, sobretudo nas interlocuções entre o local e o

global, pois os acervos arquivísticos locais podem ser acessados em distintos lugares do planeta. Nesse sentido, ao ser apropriado em pesquisas, o patrimônio reformula e redimensiona a produção do conhecimento.

Há aqui dois momentos de reflexão sobre o processo de trabalho realizado no AHJ. O primeiro – **Dos preceitos teóricos – acesso e pesquisa em arquivos públicos** – retoma alguns debates teóricos e metodológicos sobre as novas tecnologias de informação, arquivística e patrimônio cultural num olhar multidisciplinar. O segundo – **Dos projetos arquitetônicos custodiados no AHJ – digitalização, pesquisa e acesso** – relata a experiência do projeto em execução no AHJ, debatendo sobre a importância, em escala global, dos acervos digitalizados e acervos digitais disponíveis ao público.

Dos preceitos teóricos – acesso e pesquisa em arquivos públicos

Com o advento da internet, a produção e a circulação de informações alcançaram uma proporção inimaginável, o que é consenso entre pensadores, estudiosos e trabalhadores da educação e da cultura. Com a velocidade da produção e da transmissão dessas informações, diferentes políticas de mercado projetaram a necessidade de reinventar a produção de história, memória e pesquisas científicas e culturais, com e a partir de novos mecanismos de difusão.

Ao problematizar o dinamismo da tecnologia por meio dos serviços de informação em arquivos, Marilena Leite Paes (2004, p. 158-9) concluiu que, a partir dos anos 80, após o impulso de microcomputadores e seus instrumentos digitais de armazenamento, edição, tratamento, recuperação de textos e imagens, novos usos e apropriações das funções arquivísticas geraram expectativas e novos desafios. A velocidade de transmissão trouxe o risco iminente do “desaparecimento de registros e, conseqüentemente, colocaram em risco a integridade dos acervos arquivísticos”. Tal preocupação é fruto de estudos científicos tanto quanto da experiência *in loco*, pois, enquanto arquivista, Paes atuou, entre 1954 e 1993, nos quadros técnicos da Fundação Getúlio Vargas, importante instituição de memória reconhecida internacionalmente pelos acervos públicos e privados sob sua custódia. A primeira edição de **Arquivo Teoria e Prática** (1986) alertou para os avanços das tecnologias de informação e os desafios que os novos tempos apresentavam na virada dos anos 1980 para os 90. Diante da aceleração dos instrumentos tecnológicos de informação para os arquivos, é possível elencar seis elementos considerados de risco para os acervos arquivísticos (PAES, 2004, p. 159): 1) caráter “probatório dos registros contidos nos suportes informáticos”; 2) a “baixa durabilidade

dos materiais empregados”; 3) a “transferência periódica das informações para outros suportes”; 4) a “obsolescência, em prazo de quatro a cinco anos, dos equipamentos necessários à leitura dos equipamentos, suportes e armazenamentos”; 5) a “falta de padronização na fabricação de equipamentos e suportes, limitando ou mesmo inviabilizando a interação dos recursos materiais disponíveis; 6) os altos custos de conservação e manutenção física de acervos informáticos.”

Mesmo que a denominação “revolução da informação” requeira atualmente novas reflexões com relação à preservação e conservação de arquivos, é a partir das preocupações da autora que se podem entender os elementos de risco em arquivos públicos (sobretudo os municipais e estaduais) como questões potencializadas pela aceleração tecnológica; pois, além dos problemas de infraestrutura básica das instituições, existem igualmente os da estrutura tecnológica, seja na manutenção dos equipamentos de informática ou na aquisição de novos instrumentos tecnológicos.

Larroyd e Ohira (2007, p. 263-4) realizaram uma pesquisa nos arquivos municipais de Santa Catarina e concluíram que, entre recursos humanos, tecnológicos e estruturais, um dos problemas mais graves apontados foi a falta de um planejamento para gerenciamento de riscos. Nos inquéritos realizados, as instituições em questão apontaram a inexistência de recursos financeiros e tecnológicos, assim como a precariedade de equipamentos utilizados para a prevenção e o combate de sinistros [...] três arquivos não mencionaram e/ou não possuem os equipamentos”. As autoras também indicaram que, dos 14 arquivos que responderam ao inquérito (entre os 28 existentes no estado catarinense), apenas seis arquivos (42,85%) declararam a existência de extintores manuais para uma ação em possíveis sinistros.

Mesmo com escassas condições tecnológicas e de infraestrutura, a responsabilidade dos arquivos públicos para gestão documental, preservação e difusão dos acervos deveria situá-los como instituições a serem privilegiadas na distribuição dos recursos públicos, no âmbito das políticas de cultura. Helena Corrêa Machado e Ana Maria de Almeida Camargo (2000, p. 14) conceituam arquivo público como o “conjunto de documentos acumulados em decorrência das funções executivas, legislativas e judiciárias do poder público no âmbito federal, estadual e municipal, bem como o conjunto de documentos de entidades de direito privado encarregadas de serviços públicos”. As autoras indicam que recai sobre os arquivos municipais uma responsabilidade jurídica exponencial, por conta da guarda de arquivos produzidos sob o âmbito legislativo e executivo, principalmente no que tange a produção desses conteúdos e o acesso a eles. O fato de os arquivos municipais estarem restritos a uma jurisdição torna “sua relação às

instituições de governo local” imbricada em documentos públicos, produzidos na esfera da gestão, observando o ciclo vital dos documentos. Ou seja, existe a responsabilidade de orientar o poder público nas seguintes fases: 1) fase de arquivo corrente, produção de documentos administrativos e burocráticos; 2) fase intermediária, referente aos documentos oriundos da primeira fase que aguardam destinação, seja para sua eliminação ou preservação; 3) fase permanente, que se refere aos documentos de valor histórico e documental para fins comprobatórios.

Machado e Camargo (2000, p. 16) também apontam a necessidade de se atentar para o conceito de *público* que se estabelece dentro dos arquivos: “A própria noção de público acaba por se revestir de significado especial: menos identificada com a ideia de oficial ou estatal, confunde-se com o que pode e deve ser partilhado por todos; eis que os documentos, independentemente de sua origem”. Essa questão sugere que todos os arquivos produzidos e acumulados no âmbito do poder público podem ser acessados por todos os cidadãos, o que é corroborado pela Constituição Federal. O seu artigo 216 discorre sobre os direitos à cultura e ao patrimônio documental arquivístico, legalmente definidos na Lei Federal de Arquivos, n. 8.159/91, art. 1, que atribui ao poder público a gestão, guarda e preservação dos documentos de arquivo como instrumentos de apoio à administração, cultura e desenvolvimento científico. No Capítulo V, o art. 22 indica: “É assegurado o direito de acesso pleno aos documentos públicos” (BRASIL, 1991). O direito e o acesso à informação garantem, enfim, o direito ao exercício pleno da cidadania e contemplam os princípios dos direitos humanos preconizados pela ONU e a UNESCO.

Lloyd S. Etheredge (2007, p. 773-4) discorre sobre a educação em direitos humanos e associa as novas tecnologias – sobretudo internet e redes sociais – a novas perspectivas de reutilização da telecomunicação e das formas de comunicação de massa. Por isso, torna-se urgente uma política de mídias, para que a comunicação em expansão massiva e para além das fronteiras tradicionais garanta o acesso à informação para o cumprimento dos direitos humanos, respeitando a soberania dos povos e a diversidade cultural e étnica. Esta questão também deve ser observada na perspectiva do patrimônio arquivístico documental e do patrimônio arquitetônico. Nesse sentido, Richard Pierre Claude, em **Percorrendo a Rodovia da Informação** (CLAUDE *apud* ETHEREDGE, 2007, p. 781), analisa os percursos e os processos de acesso à informação, das ciências à imprensa:

Em todas as partes do mundo, as pessoas beneficiam-se das novas tecnologias de informação. Advogados e ativistas de direitos humanos, assim como estudantes, professores e outras pessoas engajadas em programas de planejamento de educação em direitos humanos podem ter acesso a informações atualizadas e documentos oficiais, resultados de pesquisas confiáveis, atualizadas com informações de interesse e precisas sobre padrões jurídicos que garantem uma base sólida no campo dos direitos humanos internacionais. Todas as pessoas envolvidas na promoção das causas dos direitos humanos podem agora satisfazer essas necessidades de pesquisa rapidamente por meio do envio eletrônico de documentação para inúmeros países do mundo todo, através da “via expressa de informação”, graças à internet.

É possível inferir que as novas tecnologias da comunicação e do patrimônio, ao mesmo tempo em que proporcionam inclusões sociais, também originam exclusões culturais, não somente do ponto de vista científico e tecnológico, mas igualmente social, econômico e dos direitos humanos. As fronteiras globais e locais se dilatam, embora continuem excludentes, pois nem todos os indivíduos e instituições possuem acesso a pesquisa, salvaguarda e instrumentalização tecnológica. A modernidade traz no seu bojo tecnológico os antagonismos de um processo mais marcado pela desigualdade e pela exclusão do que pela democratização do acesso à informação.

Néstor Garcia Canclini (2008, p. 69) reflete sobre as contradições entre os modernismos e a modernização, sobretudo a distância entre modernismo tecnológico e modernização em países em desenvolvimento, nos quais a internet permanece um elemento de exclusão. Historicamente, as artes permaneceram restritas aos espaços de memória consagrados, congelando de certo modo “a circulação de bens simbólicos em coleções, concentrando-se em museus, palácios e outros centros exclusivos”. Da mesma forma, a cultura escrita foi, durante um longo período, ferramenta de segregacionismo cultural da elite letrada sobre a população analfabeta. Mas mesmo que no âmbito da escrita e do acesso à informação digital exista um segregacionismo econômico, social e cultural, a cultura visual permite aproximações entre o acesso digital e a apropriação da informação. No rol dos “centros exclusivos” abordados por Canclini, acrescentamos aos museus os arquivos enquanto potenciais lugares que recolhem, salvaguardam e difundem fragmentos de memória, de acordo com Pierre Nora (1993), para a irradiação e a preservação de perspectivas identitárias homogêneas. Contudo, também é preciso considerar esses espaços de memórias – além de lugares de memória e de produção, circulação e consagração de bens simbólicos, na perspectiva de Pierre Bourdieu (2015) –, como lugares que rompem as estruturas narrativas culturais padronizadas. Em suas reflexões sobre as regras da arte e seus mecanismos de produção e consagração, o sociólogo entende que documentos arquivísticos compõem o rol de bens simbólicos, levando o campo artístico a ser compreendido

em suas múltiplas linguagens, das artes plásticas à arquitetura, da literatura ao cinema, da música à dança, ou seja, para além do que Ricciotto Canudo patenteou como o *Manifesto das Sete Artes*, em 1923.

Se a arquitetura é uma importante expressão artística, os projetos arquitetônicos, mapas, desenhos, plantas e perfis são considerados acervos cartográficos, na medida em que seus formatos e dimensões variáveis contêm representações arquitetônicas, geográficas e de engenharias. A arquitetura como linguagem artística e histórica auxilia a compreender a dinâmica das sociedades em diferentes períodos, assim como suas manifestações estéticas e estilísticas. Ela auxilia não somente a compreensão dos processos de construção de lugares de memória, mas também as numerosas linguagens pelas quais o patrimônio se conecta, incluindo a arquivística e a artística. Os acervos cartográficos apontam uma imensidade de problemáticas científicas, objeto de seus estudos e pesquisas multidisciplinares de arquitetura e urbanismo, história, geografia, antropologia, artes e sociologia.

Nesse sentido, os acervos arquivísticos, de acordo com o Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), instituição vinculada ao Arquivo Nacional, são caracterizados como conjuntos documentais, públicos ou privados, que devem promover o acesso à informação em consultas presenciais e virtuais, sobretudo em tempos de isolamento social.

Dos projetos arquitetônicos custodiados no AHJ – digitalização, pesquisa e acesso

Em 2019, pouco antes da irrupção da pandemia de Covid 19, o Arquivo Histórico de Joinville (AHJ) foi contemplado pelo Edital Elisabete Anderle, da Fundação Catarinense de Cultura (FCC), para a digitalização da série “*Projetos Arquitetônicos*” do *Fundo Poder Executivo (1917-1971)*, composto por cerca de 9.000 projetos, com mais de 36.000 peças e aproximadamente 150 mil imagens.

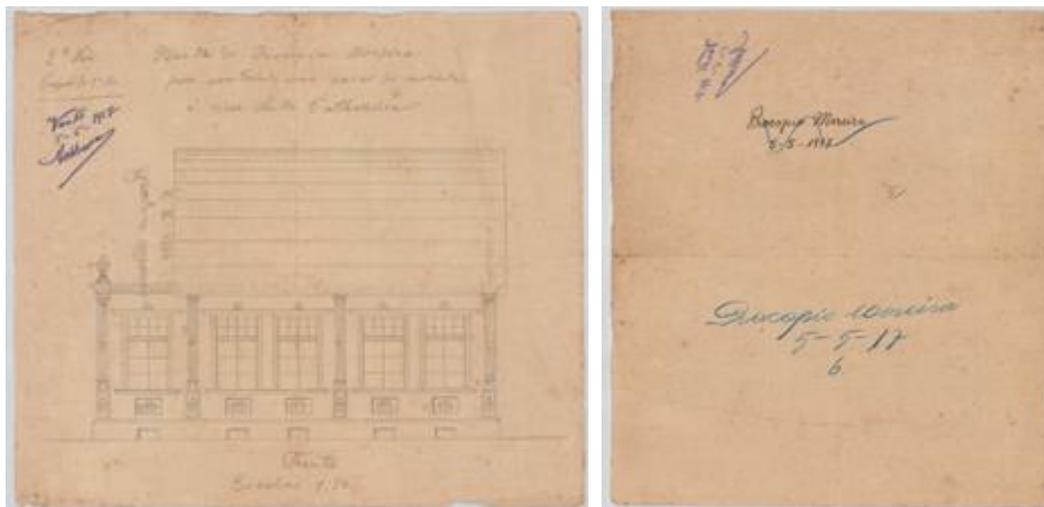
A Série Documental Arquivística é subdivisão do Fundo do Poder Executivo, criado e acumulado pelo poder público. É um acervo composto por documentos de tipologias diversas, como requerimentos, alvarás, habite-ses, plantas e croquis. Portanto, projetos produzidos e aprovados pela prefeitura municipal para a construção de residências, comércios, fábricas, igrejas, escolas, entre outras edificações, na cidade de Joinville, entre 1917 e 1971. Todos os projetos arquitetônicos passam por um processo de descrição e classificação das técnicas e tipologias construtivas empregadas, realizado por uma arquiteta e uma urbanista, o que auxilia

na verificação das apropriações e usos estilísticos e também no estudo de processos de ocupação das vias urbanas.

O Arquivo Histórico de Joinville (AHJ) foi criado pela Lei Municipal n. 1.182, de 20 de março de 1972, com a incumbência de preservar e organizar a documentação do poder público municipal ou de arquivos privados de interesse público. O AHJ prevê em sua diretriz regimental a disponibilização de seu acervo para consulta de um público amplo, permitindo fortalecer a cidadania via direitos culturais e humanos. Trata-se de uma instituição reconhecida internacionalmente por pesquisadores e intelectuais. A projeção e a construção de sua nova sede, em 1986 – resultados da parceria entre a Prefeitura Municipal de Joinville e a República Federal da Alemanha – teve como meta vincular a história do município aos grupos imigratórios e colonizadores do sul do Brasil no século XIX. Contudo, a multiculturalidade do acervo, com potencial científico, educativo e cultural, ao ser consultada e problematizada, descortina outras narrativas e interpretações, que contestam as produções históricas, sociológicas e antropológicas tradicionais. Estas, por vezes, desconsideram a diversidade étnica e cultural na transformação de Joinville em sua complexidade cultural, demográfica e territorial. O historiador Clóvis Gruner (2017) analisou a modernidade que se instaurou na cidade por meio das questões urbanística, industrial e habitacional, entendendo como os diferentes sujeitos reagem às transformações, tanto na tentativa de preservar o tradicional frente ao moderno, quanto na perspectiva de sanear e higienizar a cidade para mantê-la ordeira e padronizada, segundo os preceitos imigratórios do século XIX.

Os diversos fundos e coleções do AHJ, públicos e privados, são frequentemente consultados por pesquisadores, profissionais e consultantes com formação em arquitetura e urbanismo, conforme demonstra a pesquisa de Souza *et al.* (2019, p. 9). Entre as tipologias do acervo cartográfico mais acessadas para trabalhos acadêmicos ou profissionais estão as plantas e os projetos arquitetônicos, exemplificados pelas figuras 1 e 2.

Figuras 1 e 2 – Reprodução das imagens do Projeto 006/191, Procópio Moreira, frente e verso.



Fonte: ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE. **Fundo Poder Executivo (1917-1971)**. Série Projetos Arquitetônicos. Joinville: AHJ/SECULT, 2021.

Nas fichas de descrição, como a do modelo acima, constam data do projeto, nome do proprietário, nome do autor do projeto, construtora responsável – a exemplo da Empresa Keller e Cia., Construtora Köhntopp, Max Miers, Otto Ravache, entre outras – nome do desenhista, logradouro original e atual, perímetro do terreno, técnica construtiva ou estilo arquitetônico. Na figura 3, observa-se uma ficha de descrição e análise utilizada em projetos arquitetônicos.

Imagem 3 — Reprodução da Ficha Resumo da Descrição dos Projetos Arquitetônicos.

006/1917				
Nº do Processo: 006/1917	Proprietário: Procópio Moreira	Logradouro descrito: Rua Santa Catarina	Numeração viária: [s.n.]	Complemento: ---
Data: 05/05/1917	Data de requerimento: Não inf	Confrontantes: Não informado		Logradouro atual: Av. Getúlio Vargas
Autor do Projeto: Não informado	Desenhista: Não informado	Construtor: Não informado		Bairro atual: Bucarsin
Área total a construir: Não informado	Área já construída: Não informado	Área total do terreno: Não informado		Numeração viária atual: ---
Quantidade de documentos: 01	Espécies documentais: Pranchas			Nº total de Pranchas: 01
Estado de conservação: () Bom (X) Regular () Ruim () Acesso com restrição		Assunto: Construção		Uso da Edificação: Residencial
Tipo de Edificação: Edificação principal	Estilo Arquitetônico predominante: Teuto-brasileiro parietal (com ornatos ecléticos)			Material estrutural predominante: Não identificado (prov. alvenaria estrutural)
Título da Prancha nº 01: Planta de Procópio Moreira para construir uma casa de morar à rua Santa Catarina	Data da Prancha: Não informado	Suporte: Não identificado		Técnica: Lápis
Condição: (X) Original () Cópia	Tipos de desenhos: Elevação	Data da Aprovação: Não informado		Dimensões: 35 x 31 cm (L x H) Escala: 1:50
Observações:				Localização no acervo: Caixa 01

Fonte: BRÜSKE, D. L. da Rocha. Descrição; resumo dos projetos arquitetônicos. Arquivo Histórico de Joinville. PMJ/Secult/AHJ, 2020.

Já os dados sobre o histórico do logradouro, do proprietário e do construtor, além da arqueologia da edificação, são registrados por pesquisador/historiador em Ficha de Inventário Histórico do Projeto Arquitetônico, a partir de fontes primárias como o *Catálogo e Fundo*

Superintendência Municipal de Joinville, Livro de Impostos da décima urbana e de água (1911-1928), Escritos de Udo Baumann sobre a arquitetura urbana de Joinville (1982); Processos de tombamento da Coordenação de Patrimônio Cultural de Joinville (2016); Mapas históricos de Joinville (acervo digitalizado); Descrição e resumo de projetos arquitetônicos (2020); Denominação das ruas da antiga Joinville [19–], bem como textos históricos, documentos cartoriais, entrevistas orais, reportagens impressas e online.

Em março de 2022, o AHJ comemorou 50 anos. Durante um domingo, vários grupos visitaram o acervo técnico do AHJ. E as múltiplas comunidades que residem em Joinville puderam conhecer os projetos, os programas e os desafios da transformação dos documentos arquivísticos físicos em representantes digitais. Sobretudo, em como produzir, manter e preservar os documentos confiáveis, autênticos e acessíveis, considerando a cadeia de custódia e a gestão documental, procedimentos necessários para a administração dos repositórios digitais a fim de garantir a salvaguarda arquivística para possibilitar o amplo acesso e difusão para as futuras gerações (imagem 4). Um arquivo no qual a comunidade não se reconhece em seu patrimônio, é um arquivo sem sentido patrimonial, portanto, não age para a democracia e o respeito aos direitos humanos.

Imagem 4 – Fernanda Pirog Oçoski apresenta a reserva técnica nas comemorações dos 50 anos do AHJ.



Fonte: Gabriel Bazt.

A informação contida em cada documento arquivístico é a maior matéria-prima e singularidade de um arquivo. Entretanto, a interação entre a tecnologia e a informação deve ultrapassar o suporte físico para que os meios tecnológicos exerçam sentido na vida social, econômica e política da sociedade. Para tanto, os arquivos públicos precisam ser reinventados em sua capacidade de diálogo e organização de dados e informações e para a produção de conhecimento. Deve existir convergência de tecnologias específicas para sistemas que possuam ressonância social, além das digitalizações de acervos, mas a convergência entre os diferentes campos tecnológicos e os distintos grupos sociais, como os grupos afrodescendentes e europeus, para a produção ativa do conhecimento (figura 5).

Imagem 5 – Giane Maria de Souza apresenta o disco do Kenia Clube de Joinville para os visitantes do AHJ.



Fonte: Gabriel Bazt.

O acervo do AHJ auxilia os estudos na área de patrimônio cultural, principalmente os projetos de restauro ou intervenções em bens edificados, além de lançar novos olhares sobre o patrimônio material e imaterial. Um acervo com inestimável valor para se refletir a cidade em suas amplas frentes de constituição, muito além das tradicionais correntes imigratórias europeias.

O acervo iconográfico, cartográfico, sonoro e a hemeroteca descortinam as múltiplas possibilidades de estudos sobre a história da cidade de Joinville. Os documentos digitalizados e o acervo cartográfico podem e devem dialogar e criar mecanismos de intersecções com as múltiplas histórias da cidade.

O financiamento por meio da FCC, via Edital Elisabete Anderle, possibilita estudos mais aprofundados sobre ocupação, ambiência e formatação dos múltiplos espaços e territórios do município de Joinville, expansões urbanas e rurais, construção e desenvolvimento de fábricas, comércio, igrejas, residências e bairros. Sob a perspectiva do patrimônio, o acervo disponibilizado permite a observação e os estudos das estruturas arquitetônicas de imóveis tombados ou de interesse de preservação, permitindo que se constatem as possíveis mudanças

nas estruturas originais. A Coordenação do Patrimônio Cultural (CPC), unidade da Secult, por exemplo, foi uma das beneficiadas diretamente pelo projeto de digitalização. Os documentos que compõem os processos de inventários de bens edificados, a partir da implementação do Inventário do Patrimônio Cultural de Joinville (IPCJ), é, sobretudo, um instrumento de produção de conhecimento, além de dispositivo de proteção legal e incentivo à preservação do patrimônio cultural. O inventário possibilita administrar o patrimônio de forma ampla e plural, permitindo conhecer e registrar a diversidade cultural da cidade em todos os segmentos de patrimônio, material e imaterial, com ampla participação da sociedade.

Como constituintes do acervo permanente de um arquivo, os documentos arquitetônicos possuem valor inestimável para estudos e pesquisas de história, antropologia e sociologia, além de auxiliarem em processos comprobatórios de inventários e projetos arquitetônicos de interesse privado. Alguns resultados da digitalização e da disponibilização dos projetos arquitetônicos custodiados no AHJ integraram uma exposição virtual para formação cultural – *Arte na Cuca* –, por conta do diálogo entre as linguagens visual e plástica do acervo, fonte para estudos artísticos e estilísticos no campo das artes visuais, arquitetura e arte-educação. A digitalização do acervo de projetos arquitetônicos custodiados pelo AHJ possibilita conexões entre o local e o global, além de modernizar e qualificar trabalhos e incumbências da instituição, atualizando suas tecnologias de informação para ampla difusão do acervo *online*, com seus mecanismos de acesso livre e público. O AHJ mantém a integridade do acervo cartográfico, no que tange a preservação e manutenção dos documentos originais, assim como a garantia do acesso *in situ*. A importância da digitalização do acervo de projetos arquitetônicos é inegável, uma vez que permite que as diversas pesquisas ocorram sem que se coloque em risco a preservação dos documentos físicos. Todas as imagens são digitalizadas em alta resolução e editadas, permitindo consultas muito precisas.

Paralelamente, também é feito o restauro dos projetos que se encontram em estado frágil de conservação, pelo Centro de Preservação de Bens Culturais de Joinville (CPBC), igualmente vinculado à Secult. Quanto ao trabalho de fichamento técnico dos projetos, ele possibilita a descrição detalhada de cada projeto arquitetônico que compõe o acervo do AHJ. Sendo que o AHJ está em tratativas administrativas para implantar o Atom – Access to Memory, software livre que disponibilizará todas as representações digitais dos acervos físicos, assim como as descrições técnicas dos projetos arquitetônicos e dos respectivos proprietários, arquitetos, engenheiros e construtores.

De acordo com John Ruskin (2002, p. 124), a “arquitetura é uma arte que todo mundo deveria aprender, porque interessa a todo mundo; e é de uma tal simplicidade que é tão indesculpável não estar familiarizado com as suas regras elementares quanto ignorar a gramática e a ortografia”. Seguindo tal ideia, acreditamos que a arquitetura pode e deve se tornar acessível a todos os que habitam e trabalham nas cidades. Por isso, a digitalização já em curso dos projetos arquitetônicos do início do século XX enseja essa aproximação entre o olhar técnico e o olhar leigo, pois poderá aguçar novos sentidos sobre o espaço urbano. Possibilitar esse acesso digital é função social dos arquivos históricos, aproximando local e global, a partir das linguagens e expressões do patrimônio arquitetônico e arquivístico.

Uma arquitetura do início do século XX, mas que ainda pode ser interpretada sob a perspectiva do século XIX, de William Morris (1881 *apud* Benevolo, 2007, p. 16), quando retomou os sentidos conceituais do que seria a construção da arquitetura enquanto área do conhecimento:

A arquitetura compreende a observação de todo o meio físico que rodeia a vida humana; não podemos furtar-nos a ela, enquanto fizermos parte da civilização, dado que a arquitetura é o conjunto das modificações e das alterações introduzidas na superfície terrestre, tendo em vista as necessidades humanas, com exceção apenas do puro deserto. Nem podemos, no que se refere à arquitetura, confiar os nossos interesses a um reduzido grupo de homens instruídos, encarregá-los de investigar, de descobrir, de modelar o ambiente no qual iremos depois estar nós, e nos maravilharmos com ele, considerando-o como algo belo e acabado; isto, pelo contrário, compete a nós próprios, a cada um de nós, que deve vigiar e defender o correto ordenamento da paisagem terrestre, com o seu espírito e com as suas mãos, na parte que lhe respeita.

Considerações finais

O aniversário de 50 anos do Arquivo Histórico de Joinville, no dia 20 de março de 2022, provoca pensar esta instituição além das tecnologias de informação e comunicação. Nem sempre os processos tecnológicos trazem às instituições arquivísticas públicas a democratização e o acesso do conhecimento produzido pelas informações e dados documentais que estas instituições possuem.

O projeto **Arquitetura Urbana de Joinville**, desenvolvido no AHJ, via Edital Elisabete Anderle, que propiciou a digitalização do acervo cartográfico da instituição, foi uma ação importante para atenuar a defasagem que existe ainda no que tange à modernização dos equipamentos para o trabalho técnico, a pesquisa e o acesso do usuário ao acervo. Contudo,

temos que permanecer atentos, porque os suportes informáticos tornam-se facilmente obsoletos, dificultando, inclusive, a transferência periódica das informações para outros suportes, além dos altos custos altos de conservação e manutenção física dos acervos informáticos.

As novas configurações mundiais e globais do patrimônio histórico, antropológico, documental e arquitetônico depois da Pandemia da Covid-19 nos ensinaram que nossos arquivos públicos municipais necessitam, urgentemente, sair do processo de exclusão digital que ainda nos afeta dramaticamente. Projetos técnicos que recebem financiamento público e auxiliam o processo de aproximação e atualização digital dos lugares de memória e de história, precisam ter em vista que é preciso compreender a cultura e o patrimônio, enquanto direitos difusos, para a transformação urbana e digital das cidades na contemporaneidade.

Referências

ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE. **Fundo Poder Executivo (1917-1971)**. Série Projetos Arquitetônicos. Joinville: AHJ/SECULT, 2021.

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Modelo de Requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos**. Câmara técnica de documentos eletrônicos. E-ARQ. Rio de Janeiro: Conarq, 2006.

BAUMANN, Udo. A arquitetura de valor histórico em Santa Catarina, parecer sobre a situação atual e a valorização do patrimônio histórico do século XIX nas cidades de: Joinville, São Bento do Sul e Blumenau, no Estado de Santa Catarina. **Relatório sobre as atividades desenvolvidas em Santa Catarina de 24/7/82 a 4/9/82**. Tradução: André Gil Teixeira Pires. Marburg, 1983. In: Coordenação de Patrimônio Cultural/Fundação Cultural de Joinville.

BENEVOLO, Leonardo. **Introdução à arquitetura**. Lisboa: Edições 70, 2007.

BRASIL. **Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Brasília, DF: Presidência da República, 1991. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18159.htm. Acesso em 3 nov. 2021.

BOURDIEU, Pierre. **A produção da crença**. Contribuição para uma economia dos bens simbólicos. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira e Maria da Graça Jacintho Setton. Porto Alegre: Zouk, 2015.

BRÜSKE, Dinorah Luísa da Rocha. **Descrição** – Resumo dos projetos arquitetônicos. Arquivo Histórico de Joinville. Joinville: PMJ/Secult/AHJ, 2020.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas**. Estratégias para sair e entrar na modernidade. São Paulo: Editora da USP, 2008.

CHOAY, Françoise. **O urbanismo**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

JOINVILLE. Fundação Cultural de Joinville (FCJ). Coordenação de Patrimônio Cultural (CPC). **Processos de tombamento da Coordenação de Patrimônio Cultural de Joinville**. Joinville: PMJ/FCJ/CPC, 2016.

ETHEREDGE, Lloyd S. Educação em Direitos Humanos e as novas tecnologias da telecomunicação. In: CLAUDE, Richard P.; ANDREOPOULOS, George. (Orgs.) **Educação em Direitos Humanos para o século XXI**. Tradução: Ana Luiza Pinheiro. São Paulo: Edusp, 2007.

GRUNER, Clovis. **Leituras Matutinas**. Modernidade, Utopias e Heterotopias na Imprensa Joinvilense (1951-1980). Curitiba: Editora Prismas, 2017.

KUHL, Beatriz Mugayar. Algumas questões relativas ao patrimônio industrial e à sua preservação. **Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Brasília, DF: Iphan, 2021.

JOINVILLE. Fundação Cultural de Joinville. Museu Nacional de Imigração e Colonização. **Denominação das ruas da antiga Joinville e suas alterações**. Joinville, SC: PMJ, [19-]. Mimeografado.

LARROYD, Suzana. OHIRA, Maria Lourdes Blatt. Políticas de preservação nos arquivos públicos municipais catarinenses. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 254-72, jul./dez., 2007.

MACHADO, Helena Corrêa. CAMARGO, Ana Maria de Almeida. **Como implantar arquivos municipais**. Arquivo do Estado de São Paulo. São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. São Paulo: **História e Cultura**, v. 10 (1993), jul./dez., Projeto História. p. 7-28.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

SOUZA, Luíza Morgana Klueger *et al.* O perfil e as necessidades de informação dos usuários do Arquivo Histórico de Joinville (SC). Florianópolis: **Revista Ágora**, v. 29, n. 58, p. 1-13, jan./jun. 2019.

Recebido em 07 de junho de 2022 | Aceito em 29 de julho de 2022



Esta obra está licenciada
conforme Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional